

## 2. Aspectos históricos: a atividade jornalística se concretiza e evolui

A evolução dos meios de comunicação possibilita que as notícias sejam divulgadas cada vez mais rapidamente e para um número maior de indivíduos, alterando relações nas sociedades. Ao traçar uma visão global da história do telejornalismo na democracia, Nelson Traquina aponta para três vertentes fundamentais do seu desenvolvimento:

A sua expansão, que começou no século XIX com a expansão da imprensa e explodiu no século XX com a expansão de novos meios de comunicação social, como o rádio e a televisão, e abre novas fronteiras para o jornalismo *on line*; a sua comercialização, que teve verdadeiramente início no século XIX com a emergência de uma nova mercadoria, a informação; concomitantemente, o pólo econômico do campo jornalístico está em face da emergência do pólo intelectual com a profissionalização dos jornalistas (Traquina, 2000, p. 33).

Com o objetivo de contextualizar esse estudo na linha do tempo, observando-se a evolução da atividade jornalística, apresentaremos neste capítulo um retrospecto dos avanços na área, considerando os aspectos históricos e o campo teórico. Também resgataremos a formação técnico-industrial e a determinação mercantil do telejornalismo como parte de uma atividade capitalista.

Felipe Pena (2005) mostra como a escrita mudou radicalmente nossa forma de pensar, tendo sido uma revolução no processo cognitivo humano. Segundo o autor, a invenção da escrita data de aproximadamente cinco mil anos antes de Cristo. É atribuída ao povo de Uruk, ao sul da Mesopotâmia, atual Iraque. Mas os monumentos escritos mais antigos estão no idioma sumério, que utilizava ideogramas. Naquela época ainda não havia o alfabeto, que só seria inventado três mil anos depois. Todavia o advento da escrita não foi considerado uma unânime evolução do pensamento humano, a exemplo de Sócrates, para quem o livro diminuiria os níveis de sabedoria, e Platão, que responsabilizava o alfabeto fonético pela perda da memória dos indivíduos.

A passagem para o mundo das culturas escritas rompe o sentido da vida em comunidade. O surgimento do registro por escrito liberta a narrativa de ser apenas um relato, feito por alguém previamente inscrito na história e que, portanto, tinha representação legítima para fazê-lo. Ao propor uma nova forma de narrativa, a sociedade da escrita teve que buscar outras formas de fechamento em cada história, uma vez que o sentido da trama já não estava mais assegurado pelo

compartilhamento de informações entre os membros da comunidade. Ou seja, a quebra do sentido partilhado e do fim previamente conhecido passa a exigir compreensão no próprio texto narrativo. E uma vez que o sentido deixa de ser orientado pelo fim, chega-se ao tempo da crise constante, em que buscamos, permanentemente, pequenos sentidos cotidianos.

“Mas o alfabeto não modifica apenas a forma de pensar. Muda também a transmissão do pensamento. As informações passam a vir em suporte físico e não mais biológico” (Pena, 2005, p. 27). Os primeiros suportes da escrita foram tábuas de ferro, o que dificultava o fluxo da informação. Depois vieram as tabuletas de madeira, marfim, bambu e até pétalas de flores. Peles, tiras de chumbo e estanho, também foram utilizados, até que os egípcios criaram o papiro, muito usado na Antiguidade Clássica, antes do surgimento do papel, por volta do século X.

A invenção da imprensa foi outra grande revolução na propagação da cultura escrita. Pena (2005) afirma que apesar da fama de Gutemberg, seus verdadeiros criadores foram os chineses. O primeiro livro impresso conhecido é do ano 869 e a invenção do tipo móvel foi aproximadamente em 1040. Ambos em território chinês. O exemplar mais antigo da impressão em xilogravura é japonês e tem data de 764 a.C.:

Gutemberg ficou conhecido no mundo ocidental como o grande revolucionário da impressão porque uma de suas primeiras obras foi a *Bíblia*, no ano 1456. Entretanto, é inegável a sua vital importância na história da sociedade que ele influenciou. Através da rápida difusão do prelo de Gutemberg pela Europa, foram consolidadas as línguas nacionais, difundiu-se a Reforma Protestante e também a contra-reforma. Além disso, constituiu a indústria do livro e da imprensa periódica (Pena, 2005, p. 28).

A elite intelectual europeia surgida nas universidades renascentistas fez aumentar a demanda por livros. Os modelos de impressão serviam como suporte para as atividades comerciais e industriais, dando forma burocrática e organizada aos negócios, sistematizando as relações.

Na árvore genealógica dos jornais estão as gazetas, que vem do italiano *gazette*, a moeda utilizada em Veneza no século XVI. Elas eram manuscritas, periódicas e traziam notícias vinculadas ao interesse mercantil, com informes sobre colheitas, chegada de navios, cotações de produtos, relatos de guerra (Pena, 2005, p. 34).

A atualidade tornou-se objeto de curiosidade com um fim prático. A comunicação converteu-se em uma necessidade da vida urbana, profissional, política e religiosa.

Nos Estados Unidos, o fornecimento regular de notícias surgiu em 1690, quando o primeiro jornal tinha circulação mensal. Rapidamente as corporações jornalísticas perceberam a urgente necessidade de elas próprias correrem atrás das notícias, o que implicava empregar mais pessoas para a produção dos jornais. Dessa forma, poderíamos dizer que o próprio mercado se transformou num campo fértil para o surgimento da figura do repórter e a divisão do trabalho. A técnica da entrevista, que somente em 1870 se tornaria prática corrente, e o uso de fontes múltiplas também colaboraram para o desenvolvimento do jornalismo (Traquina, 2005, p. 60-61).

No fim do século XVIII, os jornais eram sobretudo armas na luta política, estreitamente identificados com causas políticas. Pena classifica essa fase como o primeiro jornalismo. O período que se estendeu de 1789 a 1830 foi caracterizado pelo conteúdo literário e político, com texto crítico, economia deficitária e comandado por escritores, políticos e intelectuais.

O século XIX testemunhou o aumento das tiragens, o que incentivou a criação de um novo jornalismo: a chamada *penny press* ou jornais vendidos aos centavos (Traquina, 2005, p. 34).

“Durante o século XIX, os jornais são encarados como um negócio que pode render lucros” (Traquina, 2005, p. 34). Quando o objetivo passa a ser o fornecimento de informação e não mais de propaganda, o jornalismo ganha um novo rumo. Os jornais passaram a oferecer fatos e não mais opiniões. Assim como uma fotografia apreendia instantaneamente uma parte da realidade, também a imprensa escrita deveria ater-se à verdade exata. A notícia passou a ser vista como mercadoria numa indústria de informação.

Felipe Pena classifica esse período compreendido entre 1830 e 1900 como o segundo jornalismo. A imprensa de massa marca o início da profissionalização dos jornalistas, a criação de reportagens e manchetes, a utilização de publicidade e a consolidação da economia de empresa (Pena, 2005, p. 33).

A crescente demanda por jornais e a aparente voracidade com que os leitores se debruçavam em direção às novidades alicerçaram a atividade industrial da informação. É nessa época que surgem valores ainda hoje identificados com o

jornalismo, como a busca pela verdade, a independência, a objetividade e uma noção de serviço público. Acrescente-se a isso a obsessão dos jornalistas com a obrigação de fornecer as últimas notícias, de preferência em primeira mão e com exclusividade, para chegarmos ao que poderia ser a essência da profissão. Mas devemos considerar, ainda, uma definição das notícias em função de valores e normas que apontam para o papel social da informação numa democracia.

O jornalismo desenvolveu-se a ponto de ser impensável um regime democrático sem imprensa livre. “O terceiro Presidente dos Estados Unidos, Thomas Jefferson, afirmou: não há democracia sem liberdade de imprensa” (Traquina, 2005, p. 49). Mas o processo de democratização não se deu uniformemente em todo o mundo.

O jornalismo teve maiores dificuldades na afirmação de sua autonomia em países como a França, onde mantinha laços estreitos com a literatura e a política. Durante um longo tempo o jornalismo francês foi dependente da veiculação de opiniões, fossem elas de escritores ou de diretores de jornal.

Genro observa que a imprensa apresentava particularidades também em seu formato latino-americano.

Desde o fim do século XVIII, quando nasceu, a imprensa latino-americana era entendida como uma corrente de opinião, tendo se constituído em expressão significativa das lutas pela independência e libertação nacional. No século XIX, quando a imprensa norte-americana já tinha um caráter sensacionalista, a imprensa latino-americana seguia seu estilo literário e opinativo (Genro, 1987, p. 78).

Segundo Pena, até o começo do século XX os jornais mantinham um caráter opinativo. Não que a notícia estivesse ausente das páginas. Mas as reportagens não escondiam a carga panfletária, defendendo explicitamente as posições dos jornais (e de seus donos) sobre os mais variados temas. As narrativas eram mais retóricas do que informativas (Pena, 2005, p. 41).

As mudanças ocorridas no perfil do jornalismo geraram críticas de perspectivas sociológicas. Adorno, citado por Genro, “foi um dos primeiros teóricos a abordar os meios de comunicação de massa na perspectiva de suas relações com a economia de mercado, através do conceito de indústria cultural” (Genro, 1987, p. 91). Expressão que, na visão do autor, tinha um enfoque de manipulação. O jornalismo era visto como um instrumento particular da

dominação burguesa. Eis aí o mote principal dos estudos feitos pelos teóricos da Escola de Frankfurt.

Aqui, nos posicionamos ao lado de Genro, quando o autor aponta determinadas críticas ao conceito de “indústria cultural” como fora forjado pela Escola de Frankfurt. Para Genro, “os teóricos de Frankfurt não perceberam as forças produtivas democratizantes e humanizadoras que estavam surgindo no campo da comunicação” (Genro, 1987, p. 96).

As potencialidades sociais da tecnologia são apenas vagamente admitidas mas não são consideradas efetivamente na análise. A universalização real da cultura, a ampliação gigantesca do acesso à arte e às informações, as possibilidades de uma democratização radical do processo cultural e as novas alternativas estéticas que nascem dessa base técnica, tudo isso não é levado na devida conta na teorização de Adorno e Horkheimer (Genro, 1987, p. 94).

Diferentemente, a análise de Walter Benjamin sobre os meios de comunicação de massa demonstrava uma postura mais aberta em relação aos demais autores da Escola de Frankfurt. Segundo Genro, Benjamin “percebe as enormes potencialidades culturais e estéticas que nascem com a reprodutibilidade técnica”. Assim, o poder da cópia e do audiovisual passa a ser visto como um possível aliado na luta pela democratização daquilo que, antes, somente chegava às elites.

Ao estudar a história do jornalismo, Traquina observa que as novas formas de financiamento, como as receitas de publicidade e os crescentes rendimentos das vendas dos jornais, permitiram à imprensa deixar de ser um instrumento deliberadamente de lutas políticas. Distante dos subsídios, o jornalismo encontrou padrões de performance e integridade moral, tendo sua expansão alimentada pela crescente conquista de direitos fundamentais.

A liberdade, impulsionada pelas revoluções francesa e americana, tornava-se um princípio social básico. Os grandes avanços tecnológicos e as descobertas científicas, capazes de criar um produto de massas, também contribuíram efetivamente para o desenvolvimento dessa atividade. O domínio da técnica tipográfica (o linotipo surgiu em 1857, e a rotativa, em 1868) e os progressos na rapidez de transmissão das informações podem ser citados como exemplos desse impulso, capaz de tornar o jornalismo cada vez mais ágil e global. A instituição do ensino público e a urbanização das cidades são outras mudanças importantes, ocorridas no plano social, que contribuíram para a expansão da imprensa.

Foi nos Estados Unidos que surgiu uma técnica que prometia revolucionar as redações e trazer objetividade ao jornalismo: *o lead*. Este nada mais é do que o relato sintético do acontecimento logo no começo do texto, respondendo às perguntas básicas do leitor: o quê, quem, como, onde, quando e por quê. Esse novo conceito chegou ao Brasil por volta de 1950, pelas mãos do jornalista Pompeu de Souza (Pena, 2005, p. 42).

Quando falamos em objetividade, faz-se necessária uma pequena pausa para compreendermos melhor esse fenômeno dentro da cadeia produtiva do jornalismo. Para Felipe Pena, a objetividade não pode ser definida em oposição à subjetividade, pois ela surge não para negá-la, mas sim por reconhecer sua inevitabilidade.

Seu verdadeiro significado está ligado à idéia de que os fatos são construídos de forma tão complexa que não se pode cultuá-los como a expressão absoluta da realidade. Pelo contrário, é preciso desconfiar desses fatos e criar um método que assegure algum rigor científico ao reportá-los. [...] A objetividade, então, surge porque há uma percepção de que os fatos são subjetivos, ou seja, construídos a partir da mediação de um indivíduo, que tem preconceitos, ideologias, carências, interesses pessoais ou organizacionais e outras idiossincrasias. E como estas não deixarão de existir, vamos tratar de amenizar sua influência no relato dos acontecimentos. Vamos criar uma metodologia de trabalho (Pena, 2005, p. 50).

A divisão de tarefas é uma das maneiras para isso. Pauteiros, repórteres e editores têm funções específicas, embora estejam interligadas. A divisão em editoriais também ajuda a organizar o trabalho. O processo industrial, com hora de fechamento e cartão de ponto permite certa organização no caos aparente da atividade jornalística.

Outro marco na história do jornalismo foi a criação da estrutura narrativa conhecida como “pirâmide invertida”, em 1861, em um jornal de Nova York. Ela consiste em um relato que prioriza não a sequência cronológica dos fatos, mas escala em ordem decrescente os elementos mais importantes, os essenciais, em uma montagem que os hierarquiza de modo a apresentar inicialmente os mais atraentes, terminando por aqueles de menor apelo (Pena, 2005, p. 48).

Ao longo dessa pesquisa teremos a oportunidade de analisar a construção das reportagens feitas pela Caravana JN, no capítulo em que apresentaremos a visão dos membros da equipe da TV Globo que estava envolvida no projeto. Após as entrevistas realizadas com esses profissionais, podemos adiantar que as reportagens da série não apenas nasciam livres da ditadura do *lead* e da técnica da

pirâmide invertida, como partiam justamente do desejo de inovar na forma de contar histórias, como veremos no capítulo intitulado impressões de viagem.

## 2.1. Das invenções tecnológicas: o rádio como pioneiro

No campo da comunicação, as descobertas tecnológicas acompanham o nível de desenvolvimento das sociedades e são impulsionadas pelos estudos de homens que, devido à grande contribuição que deram, passaram de cientistas a personagens da história. O *Manual do locutor*, da Escola de Comunicação Maurício Sirotsky Sobrinho, expõe os fatos em ordem cronológica.

Em 1843, o norte-americano Samuel Finley Bruce Morse inventava o telégrafo eletromagnético com fio. Em 1863, em Cambridge, na Inglaterra, o professor James Clerk Maxwell demonstrou, por deduções matemáticas e sem nenhuma experiência prática, que as ondas eletromagnéticas deveriam existir. Partindo dessa primeira teoria, o físico Henrich Rudolf Hertz dedicou muitos anos de pesquisa em seu laboratório, na Alemanha, até conseguir detectar ondas de rádio pela primeira vez, em 1887. O físico italiano Guilherme Marconi codificou o sistema de Morse (transmissão por fio) para o sistema “sem fio” e, em 1896, transmitiu alguns sinais sem fio, a uma pequena distância.

Existe uma certa controvérsia quanto à autoria dessa, que foi uma das invenções mais revolucionárias do homem. Segundo a Escola de Comunicação Maurício Sirotsky Sobrinho, a história credits a Marconi o título de inventor do rádio, embora as primeiras experiências nas transmissões de sinais de telegrafia e de voz à distância tenham sido realizadas pelo padre gaúcho Roberto Landell de Moura. Deve-se a ele a invenção da válvula de três polos (ou tríodo), aparelho que possibilitou a transmissão de notas musicais à longa distância, sem fios, em 1893. O título dado ao italiano se justificaria, portanto, pelo fato de ter sido ele o pioneiro no registro do primeiro transmissor de sinais à distância, em 1896, três anos depois da experiência bem-sucedida de Landell de Moura.<sup>2</sup> Marconi, sem dúvida, desenvolveu um papel importante nessa trajetória. Augusto Benchimol destaca suas façanhas em *Uma breve história da eletrônica*.

---

<sup>2</sup> Em *Manual do Locutor – Escola de Comunicação Maurício Sirotsky Sobrinho*. Editora Feplan, 1995, p. 11-12.

Embora vários cientistas tenham trabalhado intensamente neste campo, após a descoberta de Herz de que as ondas eletromagnéticas propagavam-se à distância, coube a Marconi e sua equipe o mérito pelo desenvolvimento das antenas com a finalidade de enviar, a distâncias cada vez maiores, as ondas hertzianas, como passaram a ser chamadas (Benchimol, 1995, p.140).

O primeiro noticioso radiofônico foi ao ar em 1916, transmitindo o resultado de uma eleição para a presidência dos Estados Unidos. Entre os anos de 1914 e 1919 as descobertas de uso de sinais eletrônicos para transmissões de rádio foram utilizadas, de modo especial, para fins militares e serviam para contatos entre aeronaves e navios. “A técnica dos receptores de rádio a válvula evoluiu rapidamente, atingindo seu apogeu durante a II Guerra Mundial (1940 a 1944)” (Benchimol, 1995, p. 67).

No Brasil, a primeira transmissão de rádio aconteceu no dia 7 de setembro de 1922, no Rio de Janeiro, durante os festejos do primeiro centenário da Independência. Foram distribuídos na cidade oitenta aparelhos receptores, entre autoridades e público em geral, para que se pudessem ouvir as transmissões da abertura da Feira-Exposição Mundial, que acontecia na antiga praia de Santa Luzia. O discurso de abertura do evento, pronunciado pelo presidente da república Epitácio Pessoa, entrava para a história das comunicações como a primeira transmissão radiofônica brasileira.

No ano seguinte, Edgar Roquette Pinto e Henry Morize, pesquisadores e cientistas da Academia Brasileira de Ciências, instalaram, no anfiteatro de Física da Escola Politécnica do Rio de Janeiro, o aparelho transmissor da primeira emissora de rádio do Brasil, a SQIA – Rádio Sociedade do Rio de Janeiro

A partir da década de 1930 a história do rádio no Brasil se confunde, até o aparecimento da televisão, com a história dos programas de auditório e de seus apresentadores, dos cantores e, mais tarde, dos atores das radionovelas.

A instalação da Rádio Nacional, no Rio de Janeiro, em 12 de setembro de 1936, configurou-se como um dos momentos mais importantes da radiodifusão no Brasil. A emissora marcou o apogeu do rádio brasileiro e foi o primeiro veículo de integração da população. A capacidade que os veículos de comunicação apresentam de conectar regiões distantes do país, atuando como dispositivos integradores, será abordada em maior profundidade no decorrer desse trabalho. Por ora, cabe-nos lembrar que os programas da Rádio Nacional eram ouvidos em

todo o país e fizeram os primeiros ídolos de alcance nacional, principalmente na música.

A presença marcante do rádio trouxe ainda outras consequências. No caso do jornalismo latino-americano, pode-se dizer que foi a partir dos anos trinta, a época do rádio, que começa a se impor o conceito de notícia objetiva.

Neste capítulo, fizemos um retrospecto do desenvolvimento da atividade jornalística desde o surgimento das primeiras gazetas até o momento em que os periódicos passaram a alcançar um nível de profissionalização elevado. Também acompanhamos a evolução tecnológica que tornou possível o invento do rádio e sua disseminação no Brasil. No próximo capítulo vamos abordar um mundo novo, cheio de possibilidades que se abriam com a descoberta da televisão.